



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 64/X/ 4.ª SL

Aos 16 dias do mês de Junho de 2009, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Apresentação, apreciação e votação do Relatório elaborado pela CAE sobre a COM (2009) 073 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre a Estratégia Política Anual para 2010. Relatora: Deputada Ana Catarina Mendes (PS)**

Nos termos dos nº 1 e 2 do artigo 6º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, sobre o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, compete à Comissão de Assuntos Europeus apreciar a Estratégia Política Anual da Comissão Europeia.

O acompanhamento, apreciação e pronúncia do documento em causa é objecto de debate em sessão plenária, nos termos do disposto no art. 4º, nº1, al. a) da referida Lei, segundo o qual: "*debate em sessão plenária, com a participação do Governo, após a conclusão do último Conselho Europeu de cada Presidência da União Europeia, podendo também o debate do primeiro semestre incluir a apreciação da Estratégia Política Anual da Comissão Europeia e do segundo semestre a apreciação do seu programa legislativo e de trabalho*". Esta sessão plenária encontra-se já marcada para o próximo dia 25 de Junho.

A Comissão de Assuntos Europeus nomeou como relatora do documento sobre a Estratégia Política Anual para 2010 a Srª Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Deputada Relatora apresentou o seu Parecer, destacando das suas conclusões o seguinte:

- A Estratégia Política Anual para 2010 é um documento síntese que reflecte as acções prioritárias da Comissão, bem como os recursos humanos e financeiros para as satisfazer;
- O documento parte da premissa da entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2010, conseqüente alteração institucional da UE e necessidade de apresentação de propostas que lhe confirmam eficácia;
- O documento é apresentado, ainda, tendo em conta o cenário de crise na UE e no Mundo, devendo ser dada prioridade absoluta ao Plano de

Relançamento da Economia Europeia e prosseguir as reformas estruturais no âmbito da Estratégia de Lisboa;

- Neste contexto a Comissão define como acções prioritárias o relançamento económico e social, as alterações climáticas e uma Europa sustentável, a prioridade aos cidadãos, a Europa como parceiro mundial e o programa Legislar Melhor.
- No domínio dos recursos humanos prevê-se que até 2013 se satisfaçam todas as necessidades.
- Quanto aos recursos financeiros reforçam-se as verbas para as rubricas da competitividade para o crescimento e o emprego, a coesão para o crescimento e o emprego, a preservação e gestão dos recursos naturais, a liberdade, segurança e justiça, a cidadania e a UE enquanto parceiro mundial.

Por conseguinte, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que o relatório sobre a estratégia Política Anual para 2009 se encontra em condições legais e regimentais para subir a Plenário da Assembleia da República na sessão marcada para 25 de Junho, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições para essa sede.

O parecer foi aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, nomeadamente, PS, PSD e CDS-PP.

## **2. Apresentação, apreciação e votação do Relatório elaborado pela CAE sobre o Relatório do Governo - acompanhamento e apreciação da participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano de 2008 - 23º ano. Relator: Deputado Jorge Tadeu Morgado (PSD)**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, "O Governo apresenta à Assembleia da República, no 1º trimestre de cada ano, um relatório que permita o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, devendo aquele relatório informar, nomeadamente, sobre as deliberações com maior impacte para Portugal tomadas no ano anterior pelas instituições europeias e as medidas postas em prática pelo Governo em resultado dessas deliberações".

Neste contexto, a Assembleia da República recebeu do Governo, a 27 de Março de 2009, o referido Relatório que, por despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República, de 30 de Março, baixou à Comissão de Assuntos Europeus (CAE) para emissão de Parecer. Esta Comissão nomeou como relator o Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado (PSD).

O Deputado Relator apresentou o Parecer, tendo sublinhado as seguintes conclusões:

- 1) No início do ano de 2008 a Presidência eslovena apontou como prioridades o futuro da UE e a preparação da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o lançamento do novo ciclo da Estratégia de Lisboa, Energia e Clima, o reforço da perspectiva europeia dos Balcãs e a promoção do diálogo intercultural.
- 2) A Presidência francesa estabeleceu quatro grandes prioridades para o segundo semestre de 2008: Energia e Clima; Questões Migratórias; Agricultura; e Segurança e Defesa.

- 3) Atendendo ao papel de impulsionador político da União, desempenhado pelo Conselho Europeu, afigura-se útil destacar alguns pontos, nomeadamente o Conselho Europeu de Março:
  - a) Que lançou o novo ciclo da Estratégia Renovada para o crescimento e o Emprego (2008-2010);
  - b) A subscrição do relatório intercalar do Conselho (ECOFIN) sobre a estabilidade dos mercados financeiros, e
  - c) A aprovação do princípio de uma União para o Mediterrâneo, incluindo os Estados-Membros da UE e os Estados costeiros mediterrânicos que não fazem parte da UE.
- 4) O Conselho Europeu de Junho acolheu com satisfação a decisão de se estabelecer a sede do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia em Budapeste. No domínio das relações externas, destaca-se a reafirmação do total apoio, por parte do Conselho Europeu, à perspectiva europeia dos Balcãs Ocidentais.
- 5) O Conselho Europeu Extraordinário de Setembro debruçou-se sobre a situação na Geórgia, tendo condenado a decisão unilateral por parte da Rússia de reconhecer a independência da Abecásia e da Ossétia do Sul.
- 6) O Conselho Europeu de Outubro, que teve lugar num contexto marcado pela crise económica e financeira internacional, reiterou a sua determinação em actuar de forma coordenada e sistemática para restabelecer o bom funcionamento do sistema financeiro, assegurando, assim, o financiamento normal e eficaz da economia.
- 7) Destaca-se ainda a aprovação, no Conselho Europeu de Outubro, do Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo.
- 8) Foi ainda criado o Gabinete de Apoio Europeu, (este já em Fevereiro 2009), com o objectivo de prestar serviços aos Estados-Membros no âmbito dos procedimentos de asilo.
- 9) No domínio institucional, e ainda neste Conselho Europeu, foi aprovada a composição do Grupo de Reflexão sobre o Futuro da União.
- 10) No Conselho Europeu de Dezembro foi aprovado um plano de relançamento da economia europeia.
- 11) Neste Conselho Europeu foi ainda efectuado um acordo sobre o "Pacote energia-clima".
- 12) De salientar também a continuação das negociações que poderão conduzir à entrada da Croácia, da Antiga República Jugoslava da Macedónia e da Turquia, através do alcance de um consenso alargado quanto a novos alargamentos;
- 13) De referir também a realização da II Cimeira UE-Brasil em Dezembro, no Rio de Janeiro, que aprovou um Plano de Acção conjunto que estabelece as acções a desenvolver durante os próximos três anos.
- 14) No plano externo intensificou-se o diálogo e a cooperação com países terceiros em matéria de migrações, destacando-se a negociação e celebração das duas primeiras Parcerias para a Mobilidade entre a União Europeia e as Repúblicas

da Moldova e Cabo Verde, em Junho, e a realização da 2ª Conferência Euro-africana sobre Migrações e Desenvolvimento, em Novembro.

- 15) A cooperação Schengen registou mais um alargamento, com a entrada em 1 de Março, da Suíça. Ainda em 2008, registou-se a assinatura dos Protocolos de adesão do Lichtenstein ao espaço Schengen.
- 17) O presente Relatório do Governo relativo à Participação de Portugal na União Europeia em 2008 preenche os requisitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis para ser discutido e votado pelo Plenário da Assembleia da República, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições para essa sede.

O Deputado Relator apresentou ainda um Projecto de Resolução da CAE sobre este Relatório.

O Parecer e o respectivo Projecto de Resolução foram aprovados por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes (PS, PSD e CDP-PP).

**3. A Comissão de Assuntos Europeus promove, nos termos da alínea c) di n.º 1 do Artigo 4º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, uma audição a Sua Excelência o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para debater os temas inscritos na agenda do próximo Conselho Europeu de 18 e 19 de Junho, em Bruxelas.**

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros apresentou os principais temas a serem debatidos no Conselho Europeu que terá lugar nos dias 18 e 19 de Junho em Bruxelas.

Esta audição foi gravada em suporte áudio, fazendo o referido registo parte integrante da presente acta.

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de Junho 2009.

**O PRESIDENTE**

**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Carlos Lopes  
Honório Novo  
Isabel Pires de Lima  
Jacinto Serrão  
Jorge Tadeu Morgado  
Luís Pais Antunes  
Maria Manuel Oliveira  
Nuno Magalhães  
Paulo Barradas  
Vitalino Canas  
Fernando Pratas  
Isabel Vigia  
Miguel Queiroz  
Pedro Duarte  
Regina Ramos Bastos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alcídia Lopes  
Jorge Varanda  
José Freire Antunes  
Mário Santos David  
Nuno Antão  
Umberto Pacheco  
Zita Seabra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
João Semedo